



## A ACESSIBILIDADE COMPORTAMENTAL NO AEE: respeito à neurodivergência e o fortalecimento da autonomia socioeducacional

Mariana M. TOLEDO<sup>1</sup>; Reginaldo A. SILVA<sup>2</sup>

### RESUMO

A acessibilidade comportamental é fundamental para quebrar estereótipos e fortalecer a autonomia socioeducacional de pessoas neurodivergentes. Isso envolve a criação de um ambiente inclusivo, respeitando suas particularidades e diferenças. Neste trabalho, é abordado um relato de experiência, que tem por finalidade refletir sobre a acessibilidade no AEE, promover, com mais ênfase e formação continuada, o respeito e o fortalecimento à emancipação do sujeito. A valorização da diversidade, a sensibilização da comunidade escolar e o suporte individualizado são importantes para promover a plena inclusão. Concluímos que a implementação de metodologias eficazes, a sensibilização da comunidade escolar e a adaptação do ambiente são passos cruciais nesse processo. O trabalho em equipe e o apoio familiar também são fundamentais para o sucesso da inclusão. Ao reconhecer as dimensões de aprendizagem do sujeito e apoiar suas habilidades e potencialidades, esse trabalho constante deve ser a força motriz para criar elos pedagógicos à prática educacional, promover oportunidades acessíveis e traçar objetivos comuns e o compromisso à educação inclusiva.

**Palavras-chave:** TEA; Neurodivergente; Comunicação; Empatia; Emancipação.

### 1. INTRODUÇÃO

A sociedade menor, pessoas com deficiências, há muito tempo tem sido vítimas de estereótipos e preconceitos enraizados que impedem a compreensão real das vidas e experiências das pessoas neurodivergentes. A acessibilidade comportamental surge como uma resposta fundamental para quebrar esses estereótipos e fortalecer a autonomia socioeducacional desses indivíduos (SILVA, 2020).

A neurodivergência engloba uma ampla gama de condições, como o transtorno do espectro autista (TEA), transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), dislexia, entre outras, que afetam o funcionamento cerebral e o processamento de informações (SILVA; SACHINSKI, 2022). Para garantir a inclusão plena dessas pessoas, é necessário ir além das adaptações físicas e arquitetônicas e abordar a acessibilidade comportamental. Isso implica em criar um ambiente social e educacional que se adeque às suas necessidades específicas, respeitando suas particularidades e diferenças, onde quer que estejam (BRASIL, 2015).

É fundamental proporcionar um ambiente acolhedor, onde neurodivergentes se sintam respeitados e compreendidos em suas singularidades. Reconhecer que suas habilidades e formas de comunicação podem ser diferentes das convencionais é essencial para evitar a discriminação e exclusão. Promover a autonomia socioeducacional é outro aspecto crucial, permitindo-as expressar suas opiniões, fazer suas escolhas e participar ativamente em atividades sociais e educacionais

<sup>1</sup>Professora de AEE no Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE do IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes. E-mail: [mariana.toledo@ifsuldeminas.edu.br](mailto:mariana.toledo@ifsuldeminas.edu.br).

<sup>2</sup>Professor e Tradutor-Intérprete de Língua brasileira de sinais – Libras, IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes. E-mail: [reginaldo.silva@ifsuldeminas.edu.br](mailto:reginaldo.silva@ifsuldeminas.edu.br).

adaptadas às suas necessidades.

Em específico, para este artigo, o sujeito com TEA apresenta hábitos diferentes que “podem ser direcionados a si próprios ou às demais pessoas, tais como, dificuldade de manter contato visual, fobias, comportamentos autoestimulatórios, e/ou autolesivos, manipulação inadequada de objetos, entre outros” (MENEZES, 2012, p. 81). Sabendo que o primeiro contato é crucial, para o reconhecimento do espaço e das pessoas, pode haver resistência devido a alterações de rotina ou mudanças do ambiente, e isso causa desconforto tanto ao sujeito como àqueles que irão passar uma boa parte do dia no ambiente escolar (MENEZES, 2012).

Para fortalecer a autonomia socioeducacional, é imprescindível oferecer suporte individualizado, garantindo o acesso a recursos de aprendizagem adequados e estratégias que facilitem a compreensão e a participação ativa nas atividades. Investir em formação e sensibilização de professores e profissionais da área é igualmente importante, a fim de criar um ambiente inclusivo e de apoio.

É por meio da educação que é possível fortalecer o respeito pelos direitos humanos, a aceitação das diferenças como qualidade própria de todos os seres humanos, bem como aprender a conviver com distintas pessoas e a se constituir sujeito de sua própria história. Por meio de uma educação libertadora é realizável a constituição de uma sociedade cada vez mais democrática e inclusiva (RBE, 2019).

Quando o ambiente proporciona um acolhimento genuíno e respeita as diferenças do outro, esse sujeito ganha confiança e percebe que transita em um espaço acessível. A convivência, como destacado por López Melero e Payá Gómez (2019), é construída a partir da confiança, que precisa ser despertada desde os primeiros dias de aula. Estabelecer regras de convivência baseadas na liberdade e igualdade de todos é essencial para que o contato seja harmonioso. Essa mediação do/no dia a dia permite-nos reconhecer que as relações e diferenças existentes excluem a ideia de uniformidade, pois todos, independentemente de suas alteridades e liberdades distintas, se complementam. Isso requer a adoção de práticas inclusivas, o respeito às diferenças e a promoção da igualdade de oportunidades.

Ao valorizar a diversidade e criar ambientes acolhedores, possibilita-se uma (re)construção social e a plena participação significativa (FREIRE, 2011). Essa compreensão nos impulsiona a construir relações mais empáticas e a celebrar a diversidade humana. Desse modo, é essencial promover a acessibilidade comportamental e fortalecer a autonomia socioeducacional das pessoas neurodivergentes para construir uma sociedade mais justa e inclusiva (SASSAKI, 2003; 2009).

Este trabalho, um relato de experiência, à luz de Gil (2008), tem a finalidade de refletir sobre a acessibilidade no atendimento educacional especializado (AEE), promover, com mais ênfase e formação continuada, o respeito à neurodivergência e fortalecer a emancipação do sujeito, segundo às suas peculiaridades.

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

Promover a acessibilidade comportamental e fortalecer a autonomia socioeducacional das pessoas neurodivergentes requer a implementação de uma metodologia eficaz. Para isso, de modo a alcançar os objetivos, foi fundamental seguir uma sequência de parâmetros, elaborados em equipe e disseminados paulatinamente pela professora de AEE. Primeiramente, por meio *workshops*, palestras e atividades práticas, foi realizada uma sensibilização à comunidade escolar e membros da comunidade externa. Em pauta, foram abordadas as características, os desafios e os potenciais das pessoas neurodivergentes. Essa etapa foi crucial para criar um ambiente de compreensão e empatia, despertando a consciência sobre a importância da acessibilidade comportamental.

Em seguida, foi necessário, juntamente à família, realizar uma interlocução com o sujeito, de modo a identificar suas necessidades específicas e compreender suas idiossincrasias, habilidades, preferências e desafios. As informações dessa interlocução foram essenciais às adaptações do ambiente e o oferecimento de um suporte satisfatório.

Com base nas informações coletadas, foi necessário adaptar o ambiente de acesso socioeducacional. Isso envolveu reajustar o espaço físico – a disposição dos móveis – a iluminação e a acústica, de modo a proporcionar um ambiente calmo e seguro. Além disso, foi de extrema importância disponibilizar recursos didáticos de aprendizagem adequados, como recursos visuais, auditivos e táteis, de acordo com as preferências e capacidades individuais do aluno.

## **3. RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Desenvolver estratégias de ensino inclusivas é fundamental em todo o processo. Valorizar as habilidades e formas de comunicação das pessoas neurodivergentes é essencial. Ao utilizar métodos pedagógicos diversificados como recursos visuais, tecnologia assistiva e a prática de aprendizagem experiencial, é possível promover uma participação mais ativa e de expressão de opiniões de modo autônomo. À pessoa neurodivergente, neste caso um sujeito com TEA, o respeito às suas singularidades deve sempre prevalecer. Na promoção de orientações foi dito que a acessibilidade comportamental deve ocorrer com o ambiente, e não com o sujeito e que a monitoria e os ajustes atitudinais devem ser regulares, constantes, de modo a garantir a efetiva participação promovendo assim o pleno desenvolvimento. O trabalho em equipe, além do apoio da família, fortaleceu os atendimentos e as mudanças de atitudes e hábitos comportamentais no ambiente. As ações foram positivas, pois, além da mudança de paradigmas, garantiu ao sujeito um espaço de enriquecimento socioeducacional e a mediação de novas experiências com outros pares. Priorizar a sensibilização, a adaptação do ambiente, as estratégias de ensino inclusivas e as parcerias, valoriza e respeita a diversidade em todas as suas formas.

## **4. CONCLUSÃO**

A inclusão e a valorização das pessoas neurodivergentes são pilares fundamentais para uma sociedade justa e igualitária. Ao promover a acessibilidade comportamental e socioeducacional, contribuimos para o fortalecimento de um espaço democrático e autônomo – do ponto de vista do sujeito – em respeito às suas singularidades, e por conseguinte, o seu lugar de fala – na perspectiva da educação inclusiva – será reconhecido.

Reconhecer as dimensões de aprendizagem do sujeito e apoiar suas habilidades e potencialidades é um trabalho constante que deve ser a força motriz, *a priori*, do atendimento educacional especializado. Por meio dessas imprescindíveis ações, será possível, de forma significativa, contribuir para o seu enriquecimento educacional, criar elos pedagógicos à prática de ensino, promover oportunidades acessíveis, traçar objetivos comuns além do compromisso à educação inclusiva: gerir qualidade e o respeito a todos, independentemente de suas diferenças.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 25 mar. 2023.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.
- LÓPEZ MELERO, M.; PAYÁ GÓMES, M. A. Equidad educativa y diversidad: nada es imposible. In: ORRÚ, S. E.; BOCCIOLESI, E. **Educar para transformar o mundo**: inovação e diferença por uma educação de todos e para todos. Ciudad Madero: Librum, 2019. Disponível em: <https://blogue.rbe.mec.pt/educar-para-transformar-o-mundo-2272859>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- MENEZES, A. R. S. **Inclusão escolar de alunos com autismo**: quem ensina e quem aprende? 2012. 160 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/10585>. Acesso em: 25 maio 2023.
- RBE. Educar para transformar o mundo: inovação e diferença por uma educação de todos e para todos. **Blogue RBE**, 2019. Disponível em: <https://encurtador.com.br/fhvZ9>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: VEET VIVARTA (org.). **Mídia e deficiência**. Brasília: Andi, Fundação Banco do Brasil, 2003. 184 p. ; il. color. (Série Diversidade). Disponível em: <https://encurtador.com.br/dgPU3>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, p. 10-16, 2009. Disponível em: <https://encurtador.com.br/eCT57>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- SILVA, S. C. **Acessibilidade para estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2020, 281p. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ftyF9>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- SILVA, S. S. C.; SACHINSKI, I. **EPEDIN**: uma década de percursos, percalços e E22 avanços inclusivos. Curitiba: Íthala, 2022. 198p.: il.
- YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.